

GESTÃO ESCOLAR NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA RELAÇÃO COM O MERCADO DE TRABALHO

Graciete da Silva Figueiredo¹

Maria do Socorro Oliveira Castelo²

Roberto Carlos Figueiredo³

RESUMO

Objetivou-se refletir sobre os estudos que abordam a relação gestão escolar e a construção da escola inclusiva para a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Para o seu desenvolvimento, **utilizou-se** o método descritivo com uma abordagem qualitativa, tendo como técnica a pesquisa bibliográfica, o que possibilitou a estruturação do trabalho em três eixos assim divididos: as ações da gestão escolar no contexto da educação inclusiva; aspectos legais da educação inclusiva e os programas de educação inclusiva para o mercado de trabalho. **Verificou-se** que para entender a relação gestão escolar, inclusão e mercado de trabalho, é necessário compreender que o termo gestão no âmbito educacional implica na participação e na responsabilidade de todos os indivíduos pelas ações e resultados escolares, isso pela regência do gestor e sua equipe. Logo a gestão escolar abrange todas as questões da instituição, entre elas está a educação inclusiva e sua finalidade: exercício da cidadania e mercado de trabalho. **Infere-se** que, a educação inclusiva hoje é um direito que foi adquirido com muitas lutas, mas com o avanço na lei, direitos como a educação foram garantidos e que isso é uma constante busca no trabalho do bom gestor escolar. O mercado de trabalho é foco da educação em geral, e na educação inclusiva não é diferente, nesse artigo foram observadas de que forma instituições como a UEES Yolanda Martins e Silva no Pará e escolas de Curitiba por meio do Programa Empregabilidade, têm realizado essa inserção, experiências que tiveram êxito na educação especial e que marcam um modelo de gestão de sucesso.

Palavras-chaves: Gestão escolar. Educação Inclusiva. Mercado de Trabalho.

¹Mestre Meio Ambiente, Esp. Gestão em Saúde e Graduada em Pedagogia - Universidade Federal do Pará (UFPA). Esp. Psicopedagogia Institucional pela Universidade do Vale do Acaí (UVA) Gestão Pública por Competência - Universidade Federal Rural do Amazônia (UFRA) e Esp. Gestão Educacional e Docência do ensino Básico e Superior, Esp. Educação Especial Inclusivo pelo Instituto Carreira. E-mail: graciete@ufpa.br

²Especialista: Língua Portuguesa e Análise Literária - Universidade do Estado do Pará (UEPA). Esp. Gestão Educacional e Docência do ensino Básico e Superior, Esp. Educação Especial Inclusiva pelo Instituto Carreira Graduada em Pedagogia - Universidade Federal do Pará (UFPA) e Licenciatura em Letras pela Universidade da Amazônia- UNAMA. socorro_castelo@hotmail.com

³Mestre em Saúde e Sociedade Endemia na Amazônia Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialista: Gestão Educacional e Docência do Ensino Básico e superior, Esp. Educação Especial e Inclusiva Instituto Carreira. Esp. Educação A Distância Gestão e Tutoria pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci-UNIASSELVI. Graduado Enfermagem - Universidade Estadual do Pará (UEPA), em Pedagogia pela Universidade Paulista e Licenciatura em Biologia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci-UNIASSELVI robertoenf21@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo passa por profundas transformações, tanto do ponto de vista tecnológico como culturais, sociais dentre outros. A escola em particular acaba recebendo em seu ambiente, reflexos dessas mudanças, com isso sente a necessidade de desenvolver novas ferramentas para responder a essas demandas. Nesse sentido, a presente pesquisa surge como resposta a seguinte problemática: Qual o papel da gestão escolar no processo de inclusão de pessoas com deficiência para o mercado de trabalho? Pois, considera-se que é necessário que os gestores tenham um novo olhar sobre as pessoas deficientes que estão inseridas em seu contexto escolar.

Diante dessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo geral investigar o papel da gestão no processo de construção da escola inclusiva. Para atender os objetivos específicos pretende-se descrever em primeiro lugar o papel da gestão escolar na construção da escola inclusiva; em segundo lugar apontar os fundamentos legais que regem a educação inclusiva e por último identificar programas de educação profissional para a inclusão de alunos deficientes no mercado de trabalho. Para a realização deste artigo será adotada a pesquisa bibliográfica e descritiva numa abordagem qualitativa, pois trabalha a relação entre o mundo e o sujeito a partir da análise e interpretação dos fenômenos. Educação profissional: caminho para a inclusão do deficiente no mercado de trabalho

Dessa forma deve-se considerar que o gestor escolar é parte integrante no processo de inclusão e, ele é quem dinamiza o cotidiano escolar, seja pedagógico e/ou administrativo cujo objetivo é estabelecer a relação aluno especial, família, comunidade de modo que o principal resultado seja a formação do indivíduo e sua inclusão no convívio social.

Compreender essa dinâmica é pensar que o papel do gestor escolar no processo de construção da escola inclusiva ultrapassa o espaço da escola, pois sua responsabilidade está na promoção da inserção dos alunos especiais na vida social como forma de garantir a sua cidadania.

A educação inclusiva só se efetivará nas unidades escolares se medidas administrativas e pedagógicas forem adotadas pela equipe escolar, amparada pela opção política de construção de um sistema de educação inclusiva. A educação escolar será melhor quando possibilitar ao homem o desenvolvimento de sua capacidade crítica e reflexiva, garantindo sua autonomia e independência.

A importância de se refletir sobre este tema torna-se relevante, principalmente por proporcionar aos alunos a interação e inclusão social por meio do trabalho, garantindo assim, a independência financeira e maior autoestima. Além dessa importante contribuição para a socialização do aluno, verifica-se o caráter transformador da pesquisa que motiva outros alunos a vislumbrarem novas possibilidades. Possibilita ainda à comunidade escolar refletir como tem sido o papel dos órgãos gestores e a partir daí prover novos mecanismos pedagógicos que ofereçam um ensino inclusivo e de qualidade para seus alunos. Finalmente este artigo será relevante para a comunidade visto que pode contribuir para a conscientização sobre os direitos sociais constituídos, além disso, promoverá um maior entrelaçamento entre os sujeitos que fazem parte deste contexto de educação inclusiva.

2. METODOLOGIA

Com o objetivo de aprofundar a presente pesquisa, utilizou-se o método descritivo com uma abordagem qualitativa, tendo como técnica a pesquisa bibliográfica. Para Gil (2008) a pesquisa descritiva é aquela que descreve as características de determinadas populações ou fenômenos.

Com relação à pesquisa qualitativa Alves (2003, p. 56) afirma que nesse tipo de pesquisa “o pesquisador procura captar a situação ou fenômeno em toda a sua extensão”, ou seja, tem uma visão da totalidade das múltiplas dimensões que determinam o objeto de estudo.

Dentro dessa lógica adotou-se a pesquisa bibliográfica que de acordo com Teixeira (2001, p. 27) significa:

Pesquisa que analisa uma teoria e ao mesmo tempo desperta a consciência que se alimenta de alternativas explicativas, do vai e vem entre a teoria e prática e pode ser considerada como uma referência da compreensão de determinada realidade.

Lakatos e Marconi (1987, p. 66) também contribuem referendando que:
[...] a pesquisa bibliográfica trata do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado, em livros, revistas, jornais, boletins, monografias, teses, dissertações, material cartográfico, entre outros, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o mesmo.

Dito isto, buscou-se o referencial teórico que pudesse subsidiar este estudo. Para tanto, fez-se um levantamento bibliográfico de teóricos que discutem a gestão escolar frente à inclusão

de alunos com deficiência assim como a inclusão de deficientes no mercado de trabalho. A coleta foi realizada em materiais impressos e meios eletrônico, na Biblioteca Virtual de Educação (BVE) e na Scientific Electronic Library Online (SCIELO). E outros autores publicados nas diversas revistas científicas na área da **gestão escolar no processo de educação inclusiva: uma relação com o mercado de trabalho**. O tratamento dos dados se deu de forma qualitativa, por meio de interpretações dos apontamentos dos especialistas do tema, procurando atender aos objetivos destacados.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 GESTÃO ESCOLAR E O PROCESSO DE INCLUSÃO

Para realização deste artigo, partiu-se de uma reflexão acerca de estudos que abordam a relação gestão escolar e a construção da escola inclusiva, assim como a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Para tanto, tomou-se como base os seguintes autores: Cury (2002), Rodrigues (2011), Sassaki (2004), Sage (1999), Pazeto (2000), dentre outros que discutem a importância do papel da gestão para a efetivação da educação inclusiva e sua relação com o mercado de trabalho. Assim, esse estudo está subdividido da seguinte forma: 3.1 As ações da gestão escolar no contexto da educação inclusiva; 3.2 Aspectos legais da educação inclusiva. 3.3 os programas de educação inclusiva para o mercado de trabalho;

3.2 AS AÇÕES DA GESTÃO EDUCACIONAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os avanços da ciência e da tecnologia provocam novas formas de relações sociais e mudanças no pensar e fazer da educação, isso indica que todos podem aprender e que a construção de um processo educativo de qualidade implica na construção compartilhada do projeto político-pedagógico, no âmbito da escola. Assim, novas competências e atitudes são necessárias para que os gestores cumpram sua função nesta nova realidade socioeducativa, em especial no campo da educação inclusiva.

Observa-se que diante das diversas políticas públicas voltadas a educação, a instituição educacional tem autonomia para aplicar suas propostas pedagógicas de acordo com os seus métodos e objetivos, sendo fundamental o papel da gestão no desenvolvimento da organização, estruturação e da implementação da proposta pedagógica na escola.

3.2.1 Conceitos e definições:

Sobre a origem terminológica da palavra gestão está ganha um significado que enriquece o termo gestão escolar e confirma o que descreve Rodrigues (2011), a gestão escolar se constitui como um corpo formado por seus agentes (diretores, supervisores, coordenadores, professores, pais, alunos, comunidade, etc.) cujo objetivo comum é promover a organização, a estrutura, o planejamento, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o crescimento e avanço das questões socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino que são as escolas.

Ainda nessa linha de pensamento Cury (2002, p.165) afirma que a gestão é a geração de um novo modo de administrar uma realidade e é, em si mesma, democrática já que se traduz pela comunicação, pelo desenvolvimento coletivo e pelo diálogo.

Para Pazeto (2000) a gestão da educação é entendida como a coordenação dos propósitos, ações e recursos que uma instituição empreende para alcançar objetivos institucionais e sociais propostos, o que torna a ideia de administração da educação mais ampla que a de gestão, enquanto o significado de gerenciamento é mais específico, setorial. A gestão da educação tem caráter institucional, porém sua ênfase está centrada na intervenção em realidades específicas, através de programas, condições, desempenho e resultados, nos quais o gestor centra sua atenção, tendo presentes a missão, funções e especificidade da instituição.

Ainda para o autor a ideia de gestão contém a concepção de coordenação e de participação. A participação constitui um dos componentes indispensáveis da gestão, particularmente quando ela é fruto do quadro de valores dos atores da instituição e da sua atuação responsável. A diversidade de formas de participação e a intensidade com que ela é exercida correspondem ao grau de identificação e de comprometimento dos integrantes com a missão e o projeto da instituição. A solidariedade, a reciprocidade e o compromisso são valores que justificam a participação no processo de gestão. A formação dos gestores da educação é um processo que requer qualificação e aperfeiçoamento continuados, cuja eficácia do desempenho corresponde à missão, propósitos e metas definidos pela instituição (PAZETO, 2000).

A gestão escolar se constitui em uma dimensão e um aspecto de atuação dos seus agentes (diretores, supervisores, coordenadores, professores, pais, alunos, comunidade, etc.) que objetiva promover a organização, a estrutura, o planejamento, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o crescimento e avanço das questões socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino que são as escolas. (RODRIGUES, 2011).

A atuação do gestor faz toda a diferença no sentido de oferecer à comunidade uma educação que atenda às suas expectativas, pois o seu trabalho implica no compartilhar

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

responsabilidades por decisões tomadas em conjunto com a coletividade e o enfrentamento dos desafios de promoção, de avanços na perspectiva de melhoria contínua na escola, tendo em vista que a educação oferecida na escola precisa atender as necessidades da sociedade globalizada que exige sujeitos extremamente qualificados para atuar no seu contexto.

Nesse sentido, cabe destacar uma das principais qualidades que um gestor precisa ter que é a liderança sobre a comunidade escolar, visto que é uma das condições fundamentais para que esse sujeito conduza com dinamismo e harmonia o trabalho escolar.

É necessário também que o gestor faça a mediação do processo educativo valorizando o trabalho coletivo, pois dirigir e coordenar significa assumir várias responsabilidades na dinâmica do funcionamento da escola.

Com relação ao papel do gestor escolar é importante destacar o que afirma Sage (1999).

O diretor deve ser o principal revigorador do comportamento do professor que demonstra pensamentos e ações cooperativas a serviço da inclusão. É comum que os professores tenham inovação e assumam riscos que sejam encarados de forma negativa e com desconfiança pelos pares que estão aferrados aos modelos tradicionais. O diretor é de fundamental importância na superação dessas barreiras previsíveis e pode fazê-lo através de palavras e ações adequadas que reforcem o apoio aos professores. (SAGE, 1999, p. 138)

Ainda sobre essa questão é importante destacar que gestor escolar comprometido com a prática inclusiva é um articulador das reuniões pedagógicas, das ações que promova à acessibilidade, das adaptações curriculares necessárias, o que possibilita a troca de informações entre os profissionais externos e a comunidade escolar.

Dessa forma, o sucesso escolar justifica a gestão democrática, pois o trabalho realizado é feito coletivamente por todos, desde o gestor, passando pelo professor, equipe da secretaria, apoio e responsáveis pelos alunos. Assim, é necessário um trabalho conjunto e a busca pela qualidade dos resultados que serão obtidos pelo campo escolar.

Segundo Tezani (2004) analisar a gestão escolar e sua relação com o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais é considerar que a escola é o principal lugar onde acontece a educação. A autora aponta três princípios fundamentais relacionados à gestão: em primeiro lugar a gestão democrática, em segundo lugar o currículo e pôr fim a participação da comunidade.

De acordo com Santos (2002) a gestão democrática deve ser compreendida como uma ação ampla que visa o bem-estar de todos e na qual os envolvidos têm os mesmos objetivos.

Percebe-se que a gestão democrática busca uma educação que valorize o conhecimento do aluno, a sua permanência na escola e sua formação para a cidadania fortalecendo uma melhor relação entre o processo ensino aprendizagem e a relação aluno e escola em que tanto os gestores, equipe pedagógica, professores, funcionários, alunos e pais devem ser envolvidos, participando efetivamente para que o espaço escolar se torne um ambiente onde possa exercer a democracia. Assim, a gestão democrática deve contribuir para a manutenção e bom funcionamento das relações entre escola, família e comunidade visando satisfazer os interesses comuns para que assim fiquem satisfeitos com a tomada de decisão e os resultados (RODRIGUES, 2011).

Outro passo importante para a efetivação de uma escola inclusiva deve ser a formulação de um currículo que seja acessível a todos os alunos. Nessa direção os Parâmetros Curriculares Nacionais definem o currículo como:

Ferramenta básica da escolarização; buscam dimensionar o sentido e o alcance que se pretende dar às adaptações curriculares como estratégias e critérios de atuação docente; e admite decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de os alunos aprenderem, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola (BRASIL, 1998).

Importante reflexão sobre currículo é o que traz Sacristán (2000, p. 17): “os currículos são expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado”.

Ainda sobre a necessidade de se fazer as adaptações curriculares Mendes (2000) sugere que sejam adotadas pela gestão escolar, medidas que favoreçam a educação inclusiva, pois desta forma auxiliarão os aspectos administrativos e pedagógicos, e conseqüentemente a melhoria da qualidade do serviço educacional prestado.

Nessa direção, Tezani (2004) afirma que o modelo de gestão mais adequado a sociedade contemporânea é aquele que incorpora a participação no seu contexto, pois a gestão escolar onde a participação se faz presente, o controle e organização são realizados com responsabilidade e consciência, sendo os objetivos da escola alcançados facilmente.

Vale ressaltar que na área da educação o conceito de participação vai além de um simples diálogo, caracteriza-se como um processo lento, conflituoso, no qual é essencial que o bom gestor faça a mediação por meio da escuta de pais, comunidade e órgãos de representação, para a construção da educação inclusiva.

Com relação à educação inclusiva Tezani (2004) afirma é aquela que apoia os professores em sua prática, fornecendo embasamento científico para tal, busca profissionais de outras instituições unindo ações administrativas com práticas pedagógicas e, principalmente dando voz aos pais, alunos, professores e funcionários e ouvindo-os.

Para que a escola inclusiva se concretize de fato é necessário que haja a aproximação dos sujeitos que fazem parte da comunidade escolar e do seu entorno por meio de uma gestão escolar democrática, contribuindo assim para o desenvolvimento educacional inclusivo.

3. 3 FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva tem sido um tema bastante discutido nas políticas educacionais, na contemporaneidade em todo o mundo. Isto se deve ao fato de viver-se atualmente, um momento de intolerância a qualquer tipo de discriminação. Mas o processo de mudanças pelo qual a educação inclusiva tem passado é resultado da luta e da mobilização de vários segmentos sociais e de iniciativas do poder público. Para se alcançar os resultados que se tem hoje foi necessário um longo caminhar, até chegar-se à criação de leis e decretos que garantissem a igualdade de oportunidades a todos. Há de se considerar que a criação de leis não foi suficiente para promover a educação inclusiva. Aliado a isto, foi imprescindível a participação do poder público, dos gestores, educadores e sociedade na discussão e na criação de mecanismos que viabilizem a promoção da inclusão.

3. 3. 1 Caminhos da educação inclusiva: algumas reflexões

As transformações e avanços que a educação inclusiva passou ao longo dos tempos foram decorrentes de muitos desafios e lutas. Cabe neste momento tecer algumas considerações sobre o aspecto histórico e cultural das pessoas com deficiência.

Durante muito tempo as pessoas com deficiências eram consideradas pela sociedade como sendo aberrações da natureza, sendo associadas à imagem do diabo e a atos de feitiçaria por serem diferentes de outros membros da sociedade. Na idade média, elas eram perseguidas, julgadas e até mesmo condenadas à morte por serem vistas como diferentes das demais pessoas.

A esse respeito Noronha et al (2015, p. 1) afirmam que:

Nos séculos XVI e XVII os deficientes mentais eram internados em orfanatos, manicômios, prisões e outros tipos de investigações estatais. No final do século XVIII e início do século XIX inicia-se o período da institucionalização especializada de pessoas com deficiências, e é a partir de então que podemos considerar ter surgido a Educação Especial. Essa Educação acontecia em escolas fora das povoações, argumentando que o campo lhes proporcionaria uma vida mais saudável e alegre.

No Brasil, a partir do século XX, os deficientes passam a ser vistos como cidadãos com direitos e deveres com participação na sociedade, mas ainda de forma assistencialista.

Em 1948 foi dado um grande salto em direção à conquista dos direitos sociais. Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo 26 garantiu-se que toda pessoa tenha direito à educação.

A partir da década de 1980, as discussões em torno da educação se intensificaram e culminaram com a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, em 1994, em Salamanca na Espanha. Desta convenção resultou a Declaração de Salamanca, que foi uma das mais importantes convenções sobre os direitos sociais, visto que impulsionou a proposta da inclusão educacional no mundo e trouxe como ponto central de que a educação é direito de todos os indivíduos, independentemente das diferenças sejam elas sensoriais, físicas ou mentais.

Dentre as recomendações da Declaração de Salamanca ficou estabelecido que:

A educação inclusiva ganhou forças com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que trouxe como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, inciso IV).

Da mesma forma a Constituição Federal de 1988 garante no art. 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o mercado de trabalho. No artigo 206, inciso I estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola e no art. 208 garante a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Seguindo o caminho de mudanças no sistema educacional brasileiro, criou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96. Esta lei no seu artigo 59 preconiza que

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; [...]

Um avanço importante em prol da inclusão se deu com a Convenção sobre os Direitos das pessoas com deficiência organizada em 2006. Nessa convenção, a Organização das Nações Unidas estabeleceu que os países integrantes da organização devem assegurar um sistema de

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

educação inclusiva em todos os níveis e em ambientes que proporcionem o desenvolvimento pleno de acordo com a meta da plena participação e inclusão. Exigiu também que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do meio educacional por causa da sua deficiência e que tenham acesso ao ensino fundamental de qualidade.

Para acompanhar o avanço das lutas sociais para a educação inclusiva, o Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial criou em 2007, a Política Nacional de Educação inclusiva, tal documento visa constituir políticas públicas que promovam uma educação de qualidade para os alunos.

Como se pode perceber a educação inclusiva tem trilhado caminhos largos, entretanto, apesar do que tem sido feito há a necessidade de se criar programas que incluam o aluno de fato e que a inclusão não seja apenas no campo educativo, mas que o aluno seja incluído socialmente, com a participação no mercado de trabalho competitivo. A esse respeito (DYSON, 2001, p. 157) afirma:

Os alunos não podem considerar-se incluídos até que adquiram as atitudes necessárias para participar na sociedade e no emprego e/ou até que as diferenças entre suas atitudes e as de seus iguais sejam consideráveis.

Diante do exposto constata-se que a conquista ao direito pela igualdade e acesso das pessoas com deficiência nos setores da nossa sociedade são garantidos em lei, o que faz da diferença sinônimo de inclusão e cidadania, dois fatores essenciais para a vida social, embora necessite de mais avanços na prática do processo inclusivo.

3. 4 PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS DEFICIENTES NO MERCADO DE TRABALHO

A inclusão social das pessoas deficientes tem sido objeto de estudo de diversos trabalhos de Romeu Kazumi Sassaki, desta feita Sassaki (1997) afirma que a inclusão social é um processo em que a sociedade deve se adaptar para poder incluir em sua estrutura as pessoas com deficiências e que só assim elas podem assumir de fato, seus papéis na sociedade.

Sassaki (2003), também destaca que no Brasil a grande maioria das pessoas com deficiências têm sido excluídas de todos os setores da sociedade, sendo-lhes negado o acesso aos principais benefícios, bens e oportunidades disponíveis às outras pessoas em todas as áreas de atividade, tais como educação, saúde, mercado de trabalho, lazer, desporto, turismo, artes e cultura.

Com relação à inclusão das pessoas com deficiência no campo do trabalho, já é possível se observar uma mudança nas políticas do trabalho, que favorecem a construção de um modelo inclusivo, buscando assim, transformar e intervir no próprio mundo do trabalho.

A esse respeito Hansel (2009) afirma que tais ações têm como objetivo a organização e adaptações de escolas e empresas para receber as pessoas com deficiências, pois só assim é possível seu acesso, permanência, crescimento pessoal e profissional e colocação no mundo do trabalho.

Ainda nessa perspectiva Sasaki (1998) afirma que há várias ações para implementar a inclusão e que elas devem ser simultâneas. Uma delas é a campanha contínua de esclarecimento ao público em geral, aos alunos e familiares das escolas comuns e especiais, aos professores e às autoridades educacionais. O autor considera indispensável o treinamento dos professores comuns e especiais. Esses treinamentos devem focar os conceitos inclusivistas como autonomia, independência, equiparação de oportunidades, inclusão social, modelo social da deficiência, rejeição zero e vida independente.

A empregabilidade das pessoas com deficiência é outro ponto bastante preocupante no contexto da inclusão, por conta disso, os deficientes têm buscado os seus direitos sociais baseados em ações estatais que compensem as devidas desigualdades.

Sobre essa questão, Sasaki (2005, p. 3) assim se expressa:

A empregabilidade não resulta apenas do esforço individual da pessoa com deficiência, que procuraria ser mais qualificada através de cursos de capacitação profissional. A empregabilidade dessa pessoa depende também de uma nova postura por parte de outras pessoas à sua volta: familiares, potenciais empregadores, instrutores de escolas profissionalizantes e assim por diante

Outro avanço em direção à garantia dos direitos sociais das pessoas deficientes foi a criação da Lei nº 8.213, de 1991, também chamada de Lei de Cotas. Esta lei prevê que toda empresa com 100 ou mais funcionários deve destinar de 2% a 5% (dependendo do total de empregados) dos seus cargos às pessoas com deficiência, tendo as empresas que fazer as adaptações estruturais e culturais necessárias para garantir o acesso e a produtividade dos funcionários que preencherem essas vagas. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO E SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, 2007).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de colaborar com a implantação de programas de inclusão de deficientes no mercado de trabalho, algumas instituições escolares têm procurado organizar seus currículos de modo a atingir tal objetivo. Um exemplo disso é a Unidade de Educação Especializada Yolanda Martins e Silva, pertencente à rede estadual de ensino público, localizada em Belém, estado do Pará que desde o ano de 2001 vem inserindo em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) práticas que possibilitam a inclusão do aluno com deficiência intelectual no mercado de trabalho.

A UEES Yolanda Martins e Silva desenvolvem por meio do Programa de Orientação, Inserção e Acompanhamento no mercado de trabalho, oficinas de empreendedorismo, jardinagem, panificação e horta. Essas atividades qualificam o aluno deficiente intelectual para absorção no mercado trabalhista, em parceria com empresas da cidade como farmácias, supermercados, clubes e instituições públicas. Grande parte desses alunos já trabalha na função de embaladores, faxineiros, jardineiros, repositores, dentre outros ofícios, nas empresas de Belém.

É importante destacar que esses alunos têm os mesmos direitos trabalhistas dos outros trabalhadores, como carteira assinada, férias e benefícios. A Delegacia Regional do Trabalho fiscaliza esse vínculo empregatício e indica a escola como referência às empresas da cidade.

Em sua proposta pedagógica, a UEES Yolanda Martins e Silva têm como objetivo proporcionar a seus educandos um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar e complementar os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a inclusão no ensino regular e no mercado de trabalho promovendo, assim, o desenvolvimento das potencialidades dos educandos.

Outra experiência de formação e qualificação profissional de jovens com deficiência intelectual e sua inserção no mercado de trabalho formal é descrito por Santos (2011) em sua dissertação de mestrado. Na pesquisa a autora analisa como tem ocorrido a formação e qualificação profissional dos jovens com deficiência em Curitiba.

De acordo com Santos (2011) a educação profissional desenvolvida nas escolas de Curitiba tem por finalidade básica desenvolver a cidadania dos jovens com deficiência intelectual por meio do trabalho. Em média os alunos permanecem três anos no programa nas oficinas pedagógicas, desenvolvendo atividades de preparação para a inserção profissional.

A autora informa que em Curitiba o programa de educação para o trabalho com deficientes intelectuais, conhecido por empregabilidade, é o último da educação especial para os jovens com deficiência intelectual entre 14 a 30 anos de idade. A clientela são os alunos que

frequentaram o Ensino Escolar, e ou Classe Especial e ou Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além disso, representa um percurso de finalização desta modalidade, mesmo sem certificação, de formação e de início para a vida adulta, pela busca de trabalho, em especial do emprego formal.

Conforme relata Santos (2011), formação profissional nas escolas ocorre por meio das oficinas em que são desenvolvidas atividades artesanais, para a adequação de ações comportamentais. As oficinas são divididas por atividades, como por exemplo: de gráfica, de cozinha industrial, de tecelagem e de reciclagem.

A qualificação profissional da pessoa com deficiência também ocorre por meio de convênios estabelecidos com empresas, pela Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego (SMTE). A Fundação de Ação Social (FAS) também oferta cursos de qualificação profissional nas escolas especiais e nos Liceus do Ofício. Os cursos oferecidos vão desde as áreas administrativas, até a de alimentação.

Assim as reflexões encontradas na literatura acerca da inclusão e mercado de trabalho possibilitou inferir que há sim na nossa história programas educacionais que integram as pessoas com deficiência ao mercado de trabalho de forma positiva, que faz com que a inclusão seja construída pautada na garantia de qualidade de vida, de cidadania e de inclusão social. Estes Programas, por sua vez, assemelham-se nas suas estratégias de aprendizagem e capacitação para o mundo do trabalho, sendo instrumentos de ações afirmativas que beneficiam os deficientes como pessoas de direito respaldadas amplamente pela legislação brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo realizado, compreende-se que a gestão escolar vai além do trabalho burocrático, o gestor escolar não é aquele que somente assina documento e delega ordens, mas sim aquele que busca respostas e soluções junto a seus pares democraticamente.

Apreende-se ainda que a educação inclusiva deve ser uma constante busca no trabalho do bom gestor escolar, pois o aluno com necessidades especiais não vai para a escola somente para passar o tempo ou para ser um mero observador, ele vai para escola para crescer, adquirir conhecimento, autonomia e respeito. Para isso, a participação de todos é fundamental, pois muitas instituições educacionais ainda não estão preparadas para receber esses educandos, deixando-os de lado. Para se alcançar bons resultados muitas lutas ainda precisam ser travadas, muitas leis têm que sair do papel, a comunidade escolar deve exigir de seus governantes que garantam qualificação profissional e melhorias na infra - estrutura das escolas. Mas enquanto

isso não acontece, verificar modelos que deram certo, experiências que tiveram êxito na educação especial, pode ser um rumo a ser tomado.

As oficinas, as parcerias, o sistema de cotas todas essas medidas são importantes ações que devem ser ampliadas para além das unidades especializadas e devem chegar a todas as escolas comuns que atendam aos alunos especiais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias**. Rio de Janeiro: Campos. 2003.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. **Acesso em 12 de junho de 2019.**

BRASIL. **DECRETO Nº 914, DE 6 DE SETEMBRO DE 1993. Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e dá outras providências**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0914.htm Acesso em 12 de junho de 2019.

BRASIL. **LEI Nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acesso em 10 de julho de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares**: estratégia para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília, 1998.

CURY, C. R. J. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. In: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. São Bernardo do Campo, v. 18, n.2, jul/dez 2002, p.163 -174

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HANSEL, Tânia Dubou. **A empregabilidade de pessoas com deficiências: possibilidades e limitações. Trabalho de Conclusão de Curso**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Cuiabá – MT. Outubro 2009. Disponível em http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201007111045971tania_dubou.pdf Acesso em 20 de junho de 2019.

Lakatos e Marconi, Eva Maria e Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003. Não estava na referência, achei esse, mas no texto está o ano 1997

MENDES, Enicéia G. **Bases Históricas da Educação Especial no Brasil e a Perspectiva da Educação Inclusiva**. (texto produzido para a disciplina Educação Especial no Brasil-UFSCar) – Mimeo, 2000.

NORONHA, Eliane. Gonçalves; Pinto Cibele, Lemes. Escola Municipal Educação Especial e Educação Inclusiva: aproximações e convergências. Disponível em: <http://www.catolicaonline.com.br/semanapedagogia/trabalhos_completos>. Acesso em: 17 de julho. 2019.

PAZETO, A. E. Participação: exigência para a qualificação do gestor e processo permanente de atualização. Em Aberto. v. 17, n.º 72, p.163-166, fevereiro/ junho. 2000.

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO. UEES Profª. Yolanda Martins e Silva. Belém – Pa. Disponível em: <http://yolandamartinsnews.blogspot.com/2013/05/projeto-politico-pedagogico-da-escola.html>. Acesso em: janeiro de 2019.

RODRIGUES, Rose D C. **Democratização da gestão escolar no Pará: reflexões sobre o processo de eleição de diretores escolares pelo sistema estadual de ensino**, TCC, Ufpa, 2011.

SACRISTÁN, José. Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SAGE, Daniel D. **Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo**. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK William (Orgs.). Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p.129-141.

SANCHES, Isabel; TEODORO, Antonio. **Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos**. Revista Lusófona de Educação, América do Norte, 8, jul. 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/691/583>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

SANTOS, Ana Lúcia Félix dos. Gestão democrática da escola: bases epistemológicas, políticas e pedagógicas. SP: Brasiliense, (2002)

SANTOS, Michele. Paitra. Alves. **A formação e a qualificação profissional do jovem em deficiência intelectual e sua inserção no mercado de trabalho formal em Curitiba (1990 – 2010)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. 2011.

SASSAKI, Romeu. Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. O censo de pessoas com deficiência na era da inclusão. Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, ano VI, n. 31, mar./abr. 2003a.

_____. Inclusão: o paradigma do século 21. In: Revista da Educação Especial, Brasília: v. 1, n. 1, p. 19-23, out. 2005.

_____. Educação Profissional: desenvolvendo habilidades e competências. In: Ensaio Pedagógicos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

Educação profissional e emprego de pessoas com deficiência mental pelo Paradigma da inclusão. In: APAE - DF. Trabalho e deficiência mental: perspectivas atuais. Brasília: APAE - DF, 2003.

_____. Educação Profissional: desenvolvendo habilidades e competências. In: Ensaio Pedagógicos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

____. Inclusão. Construindo uma Sociedade para Todos. Editora Wva. Brasília, 2007.

SASSAKI, Romeu. Kazumi, Entrevista. Revista Integração. Brasília, MEC/SEESP. Ano 8, nº 20, 1998:8-10. Disponível em

http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=6:educacao-inclusiva&id=108:entrevista-com-romeu-kazumi-sasaki-realizada-pela-secretaria-de-educacao-especial-do-ministerio-da-educacao-e-do-desporto Acesso em 10 de junho de 2019.

TEZANI, Thais Cristina Rodrigues. Os caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão, São Carlos: UFSCar, 2004

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em educação especial**. Salamanca, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 29 de junho de 2019.